CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Amom Mandel -** Cidadania/AM

Apresentação: 23/11/2023 19:05:35.300 - MESA
RIC n.2859/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023.

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Saúde, acerca do bloqueio realizado pelo Governo Federal de R$ 296 milhões no Orçamento que seriam destinados à saúde, bem como as medidas que serão adotadas para mitigar os impactos causados por essa decisão.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, acerca do bloqueio realizado pelo Governo Federal de R$ 296 milhões no Orçamento que seriam destinados à saúde, bem como as medidas que serão adotadas para mitigar os impactos causados por essa decisão. Neste contexto, solicito:

a) Diante das informações apresentadas, qual foi o critério utilizado pelo Ministério da Saúde para determinar os bloqueios de recursos no Orçamento de 2023, e quais áreas foram priorizadas em relação às áreas afetadas, como no caso da saúde?

b) Diante do bloqueio de R$ 296 milhões destinados ao Ministério da Saúde, que impacta diretamente a assistência hospitalar e ambulatorial, quais medidas o Ministério da Saúde estão tomando para mitigar os impactos desse bloqueio de recursos na capacidade do sistema de saúde de atender às necessidades da população,

LexEdit
CD239147550700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239147550700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Apresentação: 23/11/2023 19:05:35.300 - MESA
RIC n.2859/2023

principalmente no que diz respeito a consultas, exames, tratamentos e cirurgias?

c) Quais medidas estão sendo consideradas pelo Ministério da Saúde para assegurar que a assistência hospitalar e ambulatorial continue funcionando eficazmente, apesar dos cortes orçamentários?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

O bloqueio de R$ 3,8 bilhões no Orçamento do governo federal em 2023, promovido pela Governo Federal tem gerado preocupações e questionamentos em relação aos impactos que essa medida pode acarretar em áreas essenciais para a sociedade, como saúde e educação.

Até o dia 1º de novembro de 2023, o governo bloqueou significativas somas de dinheiro que estavam previstas para a manutenção de hospitais, o pagamento do Auxílio Gás e a aquisição de livros didáticos para a educação básica. Esses bloqueios, que totalizaram R$ 3,8 bilhões, de acordo com a Associação Contas Abertas, com dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), podem ter sérias implicações para a sociedade.

Em relação à saúde, a assistência hospitalar e ambulatorial foi a área mais afetada, com um bloqueio de R$ 296 milhões destinados ao Ministério da Saúde. Esses recursos são essenciais para a realização de consultas, exames, tratamentos e cirurgias, afetando diretamente a capacidade do sistema de saúde em atender às

LexEdit
CD239147550700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239147550700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Apresentação: 23/11/2023 19:05:35.300 - MESA
RIC n.2859/2023

necessidades da população.

Em relação ao Auxílio Gás, um benefício importante para milhões de famílias brasileiras, o bloqueio de R$ 262 milhões levanta a preocupação de que 2 (dois) milhões de famílias possam não receber o auxílio em dezembro, caso o dinheiro não seja desbloqueado. O Ministério do Desenvolvimento Social reconheceu o risco e prometeu realocar recursos de outras áreas, se necessário, para garantir o pagamento do Auxílio Gás. No entanto, essa situação demonstra a fragilidade do sistema de apoio social e o impacto direto nas famílias que dependem desses benefícios.

Além disso, os cortes também atingiram a educação, com a compra de livros didáticos na educação básica sendo afetada. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento do país e o investimento em livros didáticos desempenha um papel crucial na qualidade da educação oferecida às crianças e adolescentes. O bloqueio desses recursos pode prejudicar o acesso a materiais educacionais de qualidade e, consequentemente, a formação das futuras gerações.

Nesta esteira, faz-se necessária a solicitação de informações, compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito que consta no artigo 5° da Constituição Federal e em diversos normativos do país, em especial na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Acesso à Informação, legislações que garantem o acesso aos documentos de caráter administrativo oficial, tanto em nível federal, estadual e municipal, desde que não seja de ordem pessoal e não possuam natureza sigilosa.

Há também a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) que garante que quem solicitar a informação irá recebê-la, seja pessoa física ou jurídica, sem sequer precisar esclarecer um motivo para o mesmo. Promulgada

LexEdit
CD239147550700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239147550700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Apresentação: 23/11/2023 19:05:35.300 - MESA
RIC n.2859/2023

em 2011, esta legislação estabelece que todas as esferas de governo, incluindo o Governo Federal, devem fornecer informações públicas de forma clara, acessível e transparente. Ela assegura o direito de qualquer cidadão obter informações sobre ações governamentais, desde políticas públicas até dados orçamentários. Além disso, o governo é obrigado a responder a pedidos de informação dentro de prazos definidos, salvo em casos de sigilo legalmente justificável.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicite as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 23 de novembro de 2023.

Deputado **AMOM MANDEL**
Cidadania/AM

LexEdit
CD239147550700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239147550700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel